

Notícias Sindicais, 26/08/14

Agência Brasil, 25/08/14

Explosão fere gravemente dois funcionários da Companhia Energética de Brasília

Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil Edição: Talita Cavalcante

Dois funcionários da Companhia Energética de Brasília (CEB) foram gravemente feridos após um curto-circuito, seguido de explosão e incêndio, na subestação instalada no subsolo do Conjunto Nacional – um dos principais *shoppings* da cidade, localizado no centro da capital. O acidente ocorreu pouco antes das 10h de hoje (25).

De acordo com o coronel Luciano Guimarães, do Corpo de Bombeiros, uma das vítimas teve 90% do corpo queimados. A outra vítima teve queimaduras em 15% do corpo. “Ambas foram encaminhadas ao Hran [Hospital Regional da Asa Norte], que é referência no tratamento de queimaduras”, informou à *Agência Brasil*.

“A perícia dirá o que ocorreu. Mas pela informação que tivemos, o acidente aconteceu durante a manutenção da CEB nessa subestação, que fica na garagem do *shopping*. Ao que parece, foi um curto-circuito seguido de explosão e incêndio”, explicou o coronel. “Os dois funcionários estavam em estado bastante grave”, acrescentou.

Segundo ele, a subestação foi desligada. “Com isso, as lojas do *shopping* tiveram de ser fechadas”, disse o coronel. Contatada pela *Agência Brasil*, a CEB informou que a empresa faz manutenções semanais no local, onde há uma estação transformadora.

A assessoria de imprensa da CEB informou que a empresa investigará o caso, mas até o momento não dispõe de qualquer informação, a não ser as veiculadas na imprensa. Além disso, a companhia está entrando em contato com o Hran para saber do estado de seus funcionários.

Portal Mundo Sindical

Em greve, trabalhadores da Copasa param o centro de Belo Horizonte

Novamente em greve, trabalhadores e trabalhadoras da Copasa, após concentração em frente à sede da empresa, no Bairro Santo Antônio, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, saíram novamente em passeata até a Praça Sete, no Centro da capital mineira, onde participaram de ato público no início da tarde desta sexta-feira (22). Na manifestação, a categoria parou o trânsito na avenida Afonso Pena e o movimento recebeu o apoio da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT-MG), de sindicatos CUTistas e da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

Trabalhadores e trabalhadoras decidiram pela a continuidade da greve em assembleia realizada na quarta-feira (20). Eles reivindicam 3,85% de ganho real nos salários e melhores condições de trabalho, mas a Copasa mantém a proposta pelo INPC de 5,82% nos salários e 10% nos tíquetes refeição. Na semana passada, a categoria suspendeu a paralisação para aguardar o resultado de uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), mas a empresa não alterou a proposta inicial.

“Companheiros e companheiras estão de parabéns. Em três dias fechamos a Linha Verde, a avenida do Contorno, a avenida Nossa Senhora do Carmo e a BR-356. Estamos nas ruas para chamar a atenção de toda a população para a empresa, que faz prevalecer o lucro sobre os direitos de trabalhadores e trabalhadoras. A empresa tem que ser responsabilizada, pois água é vida, e não lucro. Precisamos usar de todos os meios para mobilizar mais companheiros e, na segunda-feira, nosso movimento estará ainda mais forte. A luta tem que ser conjunta. Vamos buscar um salário digno para todos os trabalhadores”, afirmou José Maria dos Santos, presidente do Sindágua-MG e secretário de Meio Ambiente da CUT-MG.

Além de reafirmar o apoio da Central aos grevistas, a presidenta da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, dialogou com a população sobre os motivos que levaram trabalhadores e trabalhadoras à paralisação das atividades. “Trago aqui o apoio da CUT/MG à luta de vocês. Quando o trabalhador vem para a rua é porque tentou de todas as formas negociar, mas não obteve resposta satisfatória. Ainda mais em Minas Gerais, em que o governo quer privatizar o serviço público e não respeita a classe trabalhadora e a população. Os trabalhadores, é preciso que todos entendam, não pensam apenas em seus salários e nas condições de trabalho, eles resistem porque defendem o direito da população de contar com uma prestação de serviço de qualidade. A Copasa não pode distribuir seu lucro para acionistas, para poucos, e, sim, para atender às reivindicações dos trabalhadores e prestar um serviço de qualidade à população”, afirmou Beatriz Cerqueira.

O secretário de Comunicação da CUT-MG, Neemias Rodrigues, também fez uma saudação aos manifestantes e lembrou que os bancários também estão em campanha salarial. “Em breve, os bancários, que iniciaram as negociações nacionalmente, podem estar nas ruas como vocês, lutando por melhores salários e condições de trabalho. Força na luta e contem sempre com a CUT-MG. Estaremos juntos até a vitória.”

"O governo, como vem fazendo há 12 anos, tenta derrotar os trabalhadores. A situação imposta pela Copasa impõe uma derrota para a população. Quem mantêm um serviço de qualidade são os trabalhadores, não a Bolsa de Valores. Não é possível que depois de 140 dias de negociação, a empresa apresente uma proposta de INPC de reajuste salarial e 10% no tíquete refeição. Outro absurdo é o governo e a Assembleia Legislativa não se disporem a mediar a negociação. O governo aposta é no conflito, não na negociação", disse Franklin Moreira Gonçalves, presidente da FNU.

"Quando falamos em Copasa, em água, falamos em saúde. E o governo do Estado não respeita a saúde. Fizemos uma greve, tentamos novamente negociar com o governo, mas, ao que parece, no dia 26, podemos retomar a paralisação. O governo desviou recursos da saúde para a Copanor e substitui trabalhadores em greve por terceirizados. O Sind-Saúde dá todo o apoio a esta greve e contamos com o apoio de vocês na nossa luta", afirmou Renato Barros, coordenador do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais (Sind-Saúde/MG).

Fonte: Rogério Hilário/CUT-MG - 25/08/2014

Portal Mundo Sindical

Químicos decidem antecipar campanha salarial; assembleia será dia 29

Durante o seminário promovido pela Fetquim (Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico de São Paulo), no dia 13 de agosto, em Cajamar, os dirigentes dos cinco sindicatos que negociam conjuntamente discutiram a conjuntura política e econômica e avaliaram a importância de antecipar as negociações com a bancada patronal para o mês de setembro.

As negociações deste ano envolvem as cláusulas econômicas e as sociais. Para definir as bandeiras de luta e o índice de aumento real a ser reivindicado, o Sindicato está chamando os trabalhadores para uma assembleia no dia 29 de agosto, sexta-feira, às 19h, na sede da entidade (Rua Tamandaré, 348 – Liberdade).

Com data-base em 1º de novembro, há alguns anos, os químicos vêm tentando puxar as negociações para o mês de setembro, com o objetivo de negociar juntamente com outras categorias fortes, como bancários e metalúrgicos. "A princípio só estamos antecipando as negociações. Mas o objetivo da categoria é, a partir do próximo ano, tentar antecipar data-base para o mês de setembro, fortalecendo a luta por melhores salários e garantindo a reposição das perdas dois meses antes", afirma Osvaldo Bezerra, o Pipoka, coordenador-geral do Sindicato.

Dados econômicos

Durante o seminário de avaliação da Fetquim, o Dieese apresentou uma estimativa de inflação para novembro em torno de 7% e lembrou que nos últimos dez anos a categoria conquistou mais de 20% de aumento real. "Queremos continuar garantindo um bom índice de aumento real. Além disso, vamos retomar negociações importantes, como a licença-maternidade de 180 dias, a redução da jornada e a luta contra as terceirizações, dentre outras importantes bandeiras", diz Pipoka.

Químicos, petroleiros, metalúrgicos e bancários são algumas das principais categorias com data-base no segundo semestre. No total, são mais de 900 mil trabalhadores. Na categoria química, cinco sindicatos negociam conjuntamente – São Paulo; ABC

Fonte: Químicos de SP - 25/08/2014

Portal da CUT

10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros dará início a ciclo de homenagens a Rubens Paiva

25/08/2014

Atividade ocorrerá entre os dias 27 a 30 de agosto, em Búzios (RJ)

Escrito por: Camila Marins - Fisenge

O engenheiro e político brasileiro Rubens Paiva, será homenageado durante o 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), entre os dias 27 e 30/8, em Búzios (RJ). Rubens foi assassinado pela ditadura militar e foi um lutador pela liberdade e democracia do país. Sua filha, Vera Paiva, estará no evento. Também haverá a exposição "Engenheiro Rubens Paiva, presente!", com curadoria do jornalista Vladimir Sacchetta. Ao todo, são 18 painéis que remontam a história combativa de Rubens Paiva, que inspirou o então deputado, Almino Affonso a elaborar a principal lei dos engenheiros e das engenheiras, do Salário Mínimo Profissional (4.950-A). Esta é a primeira de um ciclo de homenagens que a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) irão promover ao longo deste ano.

Na abertura do Congresso (27/8), está confirmada a presença do ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, que falará sobre "Um projeto de nação para o Brasil". Também estará presente o prefeito de Búzios, André Granado, entre outras autoridades. No mesmo

dia, haverá uma homenagem - com a presença de Vera Paiva - a Rubens Paiva. Também será realizado o lançamento do livro "Fisenge 20 anos: duas décadas de lutas e esperanças".

Com o tema "Um projeto de nação para o Brasil", o 10º Congresso também debaterá dois temas centrais: "O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional" e "O papel do movimento sindical frente às modificações do mundo do trabalho". No dia 28/8, a palestra "O Papel do Estado Brasileiro no Desenvolvimento Nacional" será ministrada pelo ex-diretor da Cepal e professor da UFRJ, Ricardo Bielshowsky; pelo Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério do Planejamento, Maurício Muniz Carvalho; e pela presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Bartíria Lima.

No dia 29/8, a palestra sobre "O Papel do Movimento Sindical Frente às Modificações do Mundo do Trabalho" será ministrada pelo doutor em Sociologia pela USP e professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, Adalberto Moreira Cardoso; pelo secretário nacional de previdência, aposentados e pensionistas da CTB, Pascoal Carneiro; e pela secretária nacional de saúde do trabalhador da CUT, Junéia Batista. O Congresso - organizado pela Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (Fisenge) e pelo o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge/RJ) - é um dos mais importantes fóruns de debate da categoria, com repercussão em todos os estados.

De acordo com o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, o Consenge tem o objetivo de debater os grandes temas nacionais e contribuir na formulação de políticas públicas.

"Iremos debater o papel do Estado Brasileiro. Entendemos o Estado como elemento estruturante e indutor de desenvolvimento", afirmou Bittencourt. O 10º Consenge irá desdobrar na elaboração e no envio de um documento aos pré-candidatos à Presidência da República.

Sobre o Consenge

O Congresso debate e traça metas de atuação em defesa da engenharia nacional e de uma nova matriz de desenvolvimento econômico para o Brasil, pautada pela distribuição de renda e justiça social. Realizado de três em três anos, o Consenge orienta o papel da federação nos temas sociais de interesse nacional. A expectativa é de que cerca de 300 engenheiros participem como delegados, representando mais de 30 mil profissionais de sindicatos de todo o país. Esta é a segunda edição realizada no Rio de Janeiro e contará com o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Serviço

10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

Data: 27 a 30/8

Local: Hotel Atlântico Búzios, localizado na Estrada da Usina, 294, Búzios (RJ)

Programação completa em: consenge.org

Portal da CUT

Infraero desrespeita acordo e faz transferência involuntária de trabalhadores

25/08/2014

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA/CUT), Francisco Lemos, essa prática deve ser voluntária e incentivada

*Escrito por: FENTAC**

O presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA/CUT), Francisco Lemos, enviou na quinta-feira (21), um ofício ao presidente da Infraero, Gustavo do Vale, em que exige a reformulação urgente do Programa Especial de Adequação de Efetivo, lançado na segunda-feira (19), pela estatal.

A proposta do Programa foi idealizada pelo diretor do SINA e membro do conselho de administração da Infraero, Célio Barros, e defendia a remoção voluntária e premiada, com valores fixos e percentuais, enquanto o trabalhador prestasse serviços naquela localidade, por até quatro anos.

Para o presidente do Sindicato houve desrespeito por parte da Infraero. "Essa história de transferência de trabalhadores para outras localidades é complicada e tem que ser de forma voluntária e incentivada, pois de outra maneira, o Sina será sumariamente contra", afirmou Lemos.

De acordo com a entidade, há poucos anos a Infraero tentou transferir alguns trabalhadores para outras bases, e na ocasião eles perderam seus cargos de confiança, o que levou o departamento jurídico do Sindicato a entrar na Justiça Federal. "Ingressamos com um pedido de liminar, que a Infraero não conseguiu derrubar, e garantiu aos trabalhadores que tais transferências só poderão ocorrer com o 'de acordo' do empregado", explica.

**com informações do SINA*

Portal da CTB

Trabalhadores Avulsos do Porto de Cabedelo (PB) paralisam atividades

Os trabalhadores portuários avulsos do Porto de Cabedelo, na Paraíba, aprovaram em assembleia no dia 22/08/2014, indicativo de greve, com paralisação de 24 horas para o dia 26/08/2014 – terça-feira, como advertência, pois tentam recuperar perdas salariais de 60% em relação ao INPC, e buscam uma equiparação com o ganho dos trabalhadores portuários de outros Estados, além de direitos como vale transporte e vale refeição que também já são garantidos por lei para os trabalhadores portuários avulsos, mas são negados na Paraíba.

Os Estivadores, Conferentes, Arrumadores, Trabalhadores de Blocos e Vigias portuários entendem que são legítimos atores do processo de operação de carga e descarga do porto, consequentemente protagonistas no processo de geração de riqueza oriundo deste tão importante equipamento produtivo.

Para o Presidente da CTB/PB e do Sindicato dos Conferentes de Cabedelo, Ricardo Taboza, somente haverá desenvolvimento se todo setor produtivo fizer parte da partição da riqueza produzida, principalmente os trabalhadores, o que não vem acontecendo, pois os lucros aumentam e as condições de salário e de trabalho pioram a cada dia.

Para o presidente do Sindicato dos Arrumadores de Cabedelo, Josivan Soares, o Porto de Cabedelo é notícia na mídia dando conta que foi o que mais cresceu em termos de movimentação de cargas no Nordeste, batendo recordes nos últimos anos com mais de dois milhões de toneladas em 2013, com previsão de superar este índice este ano. A falta de sensibilidade dos empresários da área portuária em reconhecer a eficiente mão de obra local, que sempre contribuiu para atrair novas cargas e incrementar a movimentação no porto, é, portanto o que gera a inconformidade dos trabalhadores no momento em que se concretiza este aumento.

A proposta dos trabalhadores avulsos de Cabedelo, conferentes, estivadores, arrumadores, blocos e vigias é de 30% de reajuste salarial, além da garantia de condições dignas de trabalho e acima de tudo, respeito a todos as categorias.

A CTB- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil na Paraíba, estará dando total apoio a luta dos trabalhadores de Cabedelo e ao mesmo tempo denunciando o descaso dos empresários para com as categorias.

Fonte: CTB-PB

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da Bahia aprovam greve na Papaiz

Os trabalhadores da Papaiz, em Salvador, lotaram a assembleia convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, nesta sexta-feira (22/8), e aprovaram greve por tempo indeterminado a partir da próxima terça-feira (26). A decisão foi tomada após inúmeras tentativas de negociação com a empresa, que tenta impor trabalho aos sábados sem acordo com o Sindicato, após 16 anos de jornada apenas de segunda a sexta-feira.

Os trabalhadores deram um exemplo de mobilização e enfrentaram as dificuldades impostas pela Papaiz, com o objetivo de intimidar o chão de fábrica. Segundo o Sindicato, a empresa contratou seguranças particulares e acionou até mesmo a Polícia Militar para inibir o movimento.

“A unidade foi fundamental para a aprovação da greve, uma demonstração da força da categoria e da insatisfação do trabalhador com o tratamento arbitrário da Papaiz”, destaca Adson Batista, presidente do Sindicato. A empresa tem demitido antigos trabalhadores e contratado novatos já dentro dessa nova jornada, o que é um absurdo. “Se a Papaiz quer aumentar sua produção, que crie um novo turno de trabalho”, explica.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia - 25/08/2014

Portal Gestão Sindical

Aposentados da Sabesp conseguem no Judiciário manter previdência privada

25/08/2014 por Valor Online

Advogada Geny Lisboa Costa: TJ-SP já analisou a questão e deve manter sentenças favoráveis a seis beneficiários

Ex-funcionários aposentados da Sabesp e beneficiários de pensão por morte conseguiram sentenças na Justiça Estadual para restabelecer os pagamentos de previdência privada da Fundação Sabesp de Seguridade Social (Sabesprev). Os benefícios de 31 pessoas foram suspensos em outubro de 2013. As decisões ainda garantem a manutenção de plano de saúde oferecido pela entidade.

Já são pelo menos seis sentenças favoráveis. A suspensão dos pagamentos dos beneficiários, segundo alegou a entidade no processo, segue orientação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que não permite a cumulação de benefícios pagos pela Fazenda do Estado de São Paulo.

Segundo a Sabesp, nos autos, os ex-funcionários já recebem complementação de aposentadoria patrocinada pela Sabesp, sociedade de economia mista controlada pelo governo paulista, além do benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No fim do ano passado, de acordo com a advogada Geny Lisboa Costa, do Innocenti Advogados Associados, que representa 12 beneficiários, a Justiça já havia concedido tutela antecipada (espécie de liminar) em todas as ações. Elas já garantiriam a continuidade dos pagamentos. Agora, essas decisões têm sido confirmadas em sentenças.

Para Geny, esses benefícios são advindos de contratos distintos. "O contrato com a Sabesp é privado, em decorrência da adesão voluntária ao plano de previdência, enquanto a complementação de aposentadoria paga pelo Estado é oriunda do contrato de trabalho", diz a advogada.

Uma das sentenças foi proferida em julho pela juíza Laura de Mattos Almeida, da 29ª Vara Cível de São Paulo. A decisão é de uma beneficiária de pensão por morte. A previdência privada foi contratada por seu marido, que trabalhou 22 anos na Sabesp. No caso, a magistrada entendeu que a suplementação da aposentadoria decorre de "um contrato de natureza privada, oneroso e de adesão voluntária", no qual o funcionário da Sabesp "arcou mensalmente com as contribuições exigidas, pelo prazo previsto, e assim, alcançou o direito".

Para a juíza, "não se confunde tais valores com a complementação da aposentadoria paga pela Fazenda do Estado e não há, portanto, a cumulação de benefícios vindos dos cofres públicos".

Na decisão, a juíza ainda determinou a manutenção do plano de saúde coletivo. Contudo, negou o pedido de indenização por danos morais pleiteado, por entender que a tentativa de cancelar o benefício gerou "mera frustração e insatisfação".

Em outra decisão, a juíza Elaine Faria Evaristo, da 20ª Vara Cível de São Paulo, também proferiu entendimento favorável a um beneficiário da Sabesp. Considerou que o pagamento de previdência complementar privada não se confunde com a complementação da aposentadoria.

A Sabesp tem recorrido para o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). "Mas há grandes chances dessas sentenças serem mantidas no tribunal", diz Geny. Isso porque, segundo a advogada, a entidade também havia recorrido das tutelas antecipadas, que acabaram sendo mantidas pelos desembargadores. "Em muitas dessas decisões, houve uma análise de mérito favorável aos meus clientes".

Nos casos em que foram apresentados recursos contra as sentenças, a advogada tem insistido no pedido de danos morais. De acordo com ela, os beneficiários são idosos e contam com esses valores em seus orçamentos. "Há pessoas com 90 anos de idade, que ficaram sabendo, de uma hora para outra, que o benefício recebido há mais de 15 anos seria cortado. Muitos deles passaram mal e foram parar no hospital."

Procurada pelo *Valor*, a Sabesp não deu retorno até o fechamento da edição.

Portal da UGT

Regra agiliza cassação de ICMS de empresa que usar trabalho degradante

25/08/2014

Uma portaria do Ministério do Trabalho de São Paulo assinada nesta sexta-feira criou normas para o envio de documentos que permitem a cassação, por dez anos, da inscrição estadual no cadastro de contribuintes do ICMS de estabelecimentos envolvidos na exploração de trabalhadores.

Sem a inscrição estadual, a empresa não pode emitir nota fiscal, o que inviabiliza sua operação comercial no Estado.

Com as novas normas, os documentos serão encaminhados para a Secretaria da Fazenda paulista após encerrado o processo que verifica, na esfera administrativa, se empresa usou ou não essa mão de obra.

"Quando a empresa recebe um auto de infração, ele pode recorrer em São Paulo. Analisado e mantido o processo, ela ainda pode recorrer para o setor de multas em Brasília. Se a decisão for mantida e a empresa multada, os documentos podem ser enviados para o fisco paulista", diz o auditor fiscal Renato Bignami, coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho em São Paulo.

Segundo o superintendente Luiz Antonio Medeiros, 35 empresas foram autuadas por empregarem mão de obra em condições degradantes desde que a lei que permite a suspensão do ICMS por 10 anos foi sancionada e podem ser afetadas por essa portaria.

"É mais um passo no combate a esse tipo de contratação irregular", diz.

Fonte: <http://noticias.portalvox.com/>

Portal da CSB

Minas lidera lista de trabalho escravo

Número de trabalhadores encontrados em situação degradante cresceu 20% no país e no estado, onde 91 pessoas foram resgatadas

O número de trabalhadores resgatados da condição de trabalho escravo ou degradante cresceu mais de 20% em 2013 em relação ao ano anterior no país. No primeiro semestre deste ano, o crescimento das ocorrências se manteve e 421 pessoas foram libertadas. Minas ocupa o primeiro lugar nesse ranking ruim: 91 pessoas em situação de escravidão. Praticamente 50% das ocorrências foram verificadas na construção civil e em áreas urbanas. Os dados divulgados ontem no lançamento da Campanha Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Escravo ou Degradante, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), apontam para novas modalidades do crime, já que a escravidão está se moldando às exigências do mercado.

Com mercados competitivos, mais de 50% dos trabalhadores resgatados no Brasil estão nas cidades, onde estrangeiros como bolivianos, peruanos e haitianos também dividem com brasileiros as ocorrências. "O trabalho escravo, degradante, extenuante, exaustivo ou forçado se transforma de acordo com o mercado", observa o desembargador Emerson José Lage, coordenador da campanha. Segundo o magistrado em Minas a situação é semelhante e o trabalho escravo ou degradante não está restrito ao campo mas avança em ritmo acelerado para as áreas urbanas.

A entrada de estrangeiros no Brasil, como os haitianos que chegam ao estado em busca de trabalho e renda, é uma razão a mais de alerta para os órgãos de fiscalização. "O trabalho escravo atinge segmentos de pequeno a grande porte e, no geral, capta trabalhadores vulneráveis, extremamente pobres, sem acesso a escola e a serviços básicos, inclusive a programas do governo. Eles começaram a trabalhar com pouco mais de 11 anos", reforça Antônio Carlos de Mello, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na unidade de combate ao trabalho escravo. Segundo o especialista, o Brasil vai continuar atraindo trabalhadores estrangeiros, mas ainda não tem definido como tratará a questão para evitar situações que ferem a lei.

PREVENÇÃO A partir de hoje, diversas ações de caráter preventivo vão acontecer em todas as regiões de Minas levando informação às instituições e às escolas para esclarecer e prevenir sobre o trabalho degradante que atinge crianças e adultos, brasileiros e estrangeiros. Emerson Lage reforça que as ações de fiscalização e autuações também integram a campanha. Segundo ele, o objetivo da rede de proteção que tem participação do Judiciário, governo federal, Ministério Público e instituições como a OIT, é reduzir o número de nomes nas listas que são crescentes no país.

Além de criar uma rede de prevenção, a ação estadual está apoiando a regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014, que tem o objetivo de tornar o trabalho escravo ou degradante economicamente inviável, já que a medida prevê a expropriação de bem de quem pratica a fraude. No primeiro semestre, os resgates de trabalhadores em Minas resultaram de oito ações de fiscalização do Ministério Público do Trabalho. No Espírito Santo, segundo colocado no ranking, foram resgatados 86 trabalhadores em uma única ação.

Ontem, também foi inaugurado em Minas o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com representantes da Justiça Federal, Estadual do Trabalho.

Fonte: Estado de Minas

Portal do MST

Violência no campo: "A maioria dos crimes segue impune", diz ativista

25 de agosto de 2014 - *Por Marcelo Hailer - Da Revista Fórum*

Na semana passada, três ativistas do campo foram assassinados em Mato Grosso. O presidente da Associação de Produtores Rurais Nova União (Aspronuj), Josias Paulino de Castro, 54, e sua esposa, Ireni da Silva Castro, 35, foram mortos no último sábado (16), no Distrito de Guariba, no município de Colniza. Três dias antes, a ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de União do Sul, em Mato Grosso, Maria Lúcia do Nascimento, também foi assassinada. Em ambos os casos, denúncias foram feitas aos órgãos responsáveis.

A reportagem da revista Fórum conversou com Paulo Cesar, membro da Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso (CPT). Segundo ele, a atual situação do campo no Mato Grosso "é altamente complexa e vem se agravando ao longo do tempo devido a todo o processo de abandono da agricultura familiar".

Cesar também afirma que o número de ameaças aumentou nos últimos anos e que a maioria dos casos de assassinatos no campo segue sem resposta da justiça. "Há toda uma estrutura que provoca essa situação de conflito no campo. E como o poder Judiciário não julga, facilita a impunidade. Quase todos os crimes de campo, assassinatos de lideranças não foram julgados. E essa situação deixa um recado muito claro: 'o crime compensa'".

- No espaço de uma semana três ativistas foram assassinados no Mato Grosso. Em todos os casos, as vítimas fizeram boletim de ocorrência e, inclusive, quando ameaçadas, havia testemunhas. Qual é a situação dos ativistas do campo, hoje, no estado?

A situação no Mato Grosso é altamente complexa e vem se agravando ao longo do tempo devido a todo o processo de abandono da agricultura familiar, dos pequenos agricultores e ao mesmo tempo um apoio maciço ao projeto da agropecuária expansiva, ao agronegócio. Isso tem provocado muitos conflitos no campo.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem um caderno que ela publica todos os anos sobre os conflitos no campo do Brasil. No caso do Mato Grosso, os casos têm aumentado exponencialmente, de forma muito grave. Em 2012, tivemos 23 conflitos que nós conseguimos registrar. No passado teve 33 conflitos. No caso das ameaças de morte, a situação é ainda mais grave, no ano passado registramos 27. Em 2012, tivemos 21 ameaças e em 2011 foram 10.

Se você pega a situação dessas três pessoas que foram assassinadas, elas vinham sofrendo ameaças, os órgãos públicos sabiam, a Ouvidoria Agrária Nacional sabia... Houve uma audiência com todos os órgãos presentes, como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, e ainda assim, logo depois o casal foi assassinado. E esses casos aconteceram a partir de ameaças públicas, reconhecidas.

- Mesmo tendo conhecimento das ameaças, pra você, por que os órgãos públicos não agiram?

Há uma inoperância e você pega os órgãos, como o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por exemplo, há uma morosidade para os casos relacionados à reforma agrária. Os próprios assentamentos que são áreas destinadas oficialmente para reforma agrária são de uma desestrutura imensa. Isso provoca o que a gente chama de "favelismo do campo", onde você não cria espaço de convivência, mas sim favelas que promovem o êxodo rural. Então, tem um monte de gente que consegue a terra, mas não consegue sobreviver nela.

Agora, imagina em relação às famílias que estão acampadas no Mato Grosso. São oito milhões de hectares terra que estão ocupadas irregularmente e que deveriam ser destinadas à reforma agrária, mas, estas terras estão nas mãos de fazendeiros, de grileiros. Isso deveria ser encaminhado aos órgãos federais, para que estas terras fossem retomadas e destinadas à reforma agrária e não se faz isso. Por conta do incentivo às grandes exportações, essas terras se tornam valiosas e a luta dos grupos de famílias, que são os pequenos produtores rurais, se torna bastante arriscada, por que as terras se tornam objeto de grande disputa.

Há toda uma estrutura que provoca essa situação de conflito no campo. E como o poder Judiciário não julga, facilita a impunidade. Quase todos os crimes de campo, assassinatos de lideranças não foram julgados. E essa situação deixa um recado muito claro: "o crime compensa".

- Com três assassinatos seguidos, os ativistas devem estar, neste momento, apreensivos. Como vocês têm feito para lidar com essa situação e como tem feito para proteger um ao outro?

O que a gente procura fazer é trabalhar de forma articulada, apoiando as pessoas que estão no campo. Nós recebemos uma notícia de Colniza de que a situação na cidade, que é o município onde foi assassinado o casal, é de calamidade e que a chegada dos corpos foi algo que abalou de mais as pessoas.

Colniza é a cidade mais conflituosa do país, há um histórico de violência muito forte, a situação da terra lá é uma das mais graves, são terras cedidas pelo Estado, mas que estão nas mãos de grileiros e os que estão lá, que ocuparam, não tem como regularizar... A situação do povo do campo é muito grave e carece de apoio, de resolução a partir dos órgãos que deveriam fazer isso, e o poder Judiciário tem se mostrado moroso. Buscamos força com a articulação com os outros movimentos sociais.

- Já houve algum retorno dos poderes em relação aos três assassinatos?

O que nós sabemos é que o suspeito de ter matado a Lucia foi preso. Mas em relação ao casal ainda não aconteceu nada. Estamos fazendo pressão por todos os lados. Vamos acompanhar e tentar pressionar da maneira mais forte possível.

São vários assassinatos que estão impunes e essa impunidade é a perpetuação da violência e da miséria do campo.

Organizado por Ernesto Germano